SINTRAJUD 15 anos
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas
Filiado à Conlutas

Terça-feira, 20 de Julho de 2010 - JJ 391 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

É preciso manter a mobilização

Pelo PCS e contra o congelamento salarial

Sintrajud realizará ssembleias setoriais. Dia 4 de agosto haverá 'apagão' nacional no Judiciário



Wladimir de Souza

Fundo de Greve:
Solidariedade fortalece luta da categoria
Pág 2

Imposto Sindical:
Sintrajud devolve cobrança aos servidores
Pág 2

Imagens da greve:
Diversas fotos dos momentos marcantes do movimento
Págs 4 e 5

Subsídio:
Economista alerta que proposta é 'armadilha'
Pág 6

Crise econômica:
Serviço público é atacado em todo o mundo
Pág 7

Fundo de Greve

Solidariedade é fundamental para a luta

fotos: Wladimir de Souza





Sorteio das tv´s para ajudar o Fundo de Greve (esq); Servidores mostram valor dos descontos no TRE

"Grevista, é meu amigo, mexeu com ele mexeu comigo". A palavra de ordem cantada muitas vezes durante a greve pôde ser vista na prática. Palavras de ordem tiveram muitas, mas solidariedade foi o principal vocábulo desse movimento. Com ameaças de corte de ponto no TRE desde o início das mobilizações e no TRT-2 desde o dia 14 de junho, o Sindicato criou um Fundo de Greve, que arrecadou quase R$ 292 mil. Desse valor, 69% corresponde a contribuições dos servidores do TRF/JF que abriram mão de receber do Sindicato a devolução do imposto sindical.

"Descobrimos a solidariedade da categoria, quando um trabalhador doou para outro", diz Cláudio Klein, diretor de base do Sintrajud. Para Michele Bastos, também diretora de base, as contribuições foram fundamentais para a greve. "A luta se faz com as pessoas se sindicalizando, sendo solidárias com aqueles que estão na greve e sofrem esse tipo de repressão [corte de ponto]", afirma.

Além da verba do imposto sindical, a categoria criou outras formas para arrecadar doações. Durante a greve, foram "vendidos" bônus e rifas. Os dois aparelhos de televisão full hd 40 polegadas, adquiridos pelo Sintrajud para a categoria assistir aos jogos da Copa do Mundo, foram sorteados entre os compradores-doadores das rifas. Houve ainda diversos servidores que doaram depositando diretamente nas duas contas abertas pelo Sintrajud para o Fundo.

Sindicato independente

Contra Imposto Sindical, Sintrajud devolve valores à categoria

O Sintrajud é contra a cobrança desse imposto, por isso propôs devolvê-lo aos servidores do TRF e JF, que pela primeira vez foram descontados no mês de abril. O Sintrajud acredita num modelo de sindicalismo independente de governos ou patrões, onde o trabalhador se associa à sua entidade de classe por livre e espontânea vontade, ao reconhecer sua importância nas lutas e defesas por direitos.

Do total de servidores que tiveram o desconto do imposto, 30% doaram-no para o Fundo de Greve. Em www.sintrajud.org.br é possível ver a lista de doadores. No dia 26 de julho, o Sintrajud enviará aos bancos a lista dos servidores, com suas respectivas contas, sendo que, segundo informações das agências bancárias, os valores serão creditados até o dia 30.

Atenção servidores da JF: Até o momento, o Sindicato só recebeu, do tribunal, a lista dos servidores do TRF. Caso a administração da JF não forneça os nomes e dados bancários de seus servidores até o dia 23/7, o Sintrajud fará a devolução para os servidores da JF mediante preenchimento de formulário de devolução disponível no site do Sindicato a partir do dia 26/7. Desde já, o Sintrajud reitera o pedido desses dados à JF, pois são fundamentais para a celeridade na devolução do imposto sindical aos servidores da 1ª instância.

Organização

Participação fora da capital fortalece greve

Servidores de todo o Estado de São Paulo aderem à luta pelo PCS e contra o congelamento

Marcela Mattos







Servidores de Santos estiveram firmes na luta(esq.); Em São José dos Campos, greve foi forte (centro); Servidores de Taubaté aderiram em peso ao movimento(dir.)

No dia 6 de maio, os servidores iniciaram a greve que se estendeu por 69 dias. O movimento começou forte na Capital e na Baixada Santista e foi crescendo até atingir praticamente todo o Estado. Para fortalecer essa construção, alguns servidores viajaram por diversas cidades do interior passando os informes e levando a discussão sobre a greve. "A força da greve no interior deu maior repercussão ao movimento como um todo", afirma David Landau, diretor de base que viajou a quatro cidades, em caravana. Para ele, "a integração entre capital e interior tem que ser fortalecida, criando novas lideranças em todas as cidades".

O servidor Ivo Oliveira Farias visitou 14 fóruns na região do ABC e Alto Tietê. "Faltava alguém para explicar por que precisávamos lutar", diz Ivo, da JT de Ribeirão Pires, local parou já no primeiro dia de greve. As visitas se repetiram em todas as semanas e cerca de cinco mil torpedos foram disparados de seu celular com as notícias da greve. Novas lideranças surgiram na região e, segundo Ivo, "o Alto Tietê adquiriu uma identidade no movimento". Para ele, "os servidores de Ribeirão Pires cumpriram seu papel na luta e foram muito importantes para motivar os colegas de outras cidades próximas." Agora, Ivo destaca que é hora de continuar a mobilização com foco no Eleitoral. "O PCS só virá com luta, é o que nos espera em agosto e setembro", avalia.

Pelo PCS e contra o congelamento

4 de agosto: apagão no Judiciário

Após 69 dias de greve, é hora de repor as energias e retomar a mobilização em todo o país

fotos: Wladimir de Souza





Em assembleia na JT/Barra Funda, categoria denuncia ataque ao direito de greve, em 10/06 (esq.) Servidoras à frente do ato no TRE,em 07/07

A maior grave da história do Judiciário Federal de São Paulo foi suspensa no último dia 13 de julho. Foram mais de dois meses de paralisação pelo PCS e contra o PLP 549/09 (congelamento salarial). Mas a luta não parou por aí, 4 de agosto é dia de "apagão" geral no Judiciário para a retomada da mobilização.

O período da greve foi intenso. Com arrastão nos prédios, assembleias, debates e muitas vuvuzelas. Os servidores mais uma vez demonstraram que estão dispostos a seguir firmes em defesa dos seus direitos e não se intimidam frente à intransigência do governo e nem com os ataques contra o direito de greve, como corte de ponto e retirada de FC´s de companheiros que aderiram ao movimento.

Embora de maneira distinta, em todo o país a categoria saiu às ruas e mostrou unidade na luta pela aprovação do PL 6613/09. Os atos, audiências e vigílias em Brasília contaram com a participação expressiva dos servidores, que formaram diversas caravanas para pressionar Lula, o STF e parlamentares pelo PCS. Em todas as atividades, o Sintrajud esteve presente.

Em São Paulo e no interior, a categoria foi exemplo de coragem e determinação. Com a forte mobilização, as justiças Federal e Trabalhista foram obrigadas a suspender os prazos. No TRE, apesar da repressão e corte do ponto dos grevistas, os servidores atenderam ao chamado do Sintrajud e, nos dias 7 e 8 de julho, paralisaram totalmente o maior tribunal eleitoral do país e garantiram a suspensão da portaria que descontava os dias parados.

A mobilização garantiu também a abertura das negociações tanto no Legislativo, quanto no Executivo. Num primeiro momento o projeto ficou emperrado na Comissão de Trabalho da Câmara. Com a força da greve, foi aprovado por unanimidade na Ctasp, seguindo para a Comissão de Orçamento e Tributação. A partir daí, o impasse continuou com o endurecimento do governo em fechar as negociações, o que fez as mobilizações se intensificarem.

Porém, com a aproximação do recesso parlamentar, os servidores decidiram suspender a greve. "Mas, a suspensão não significa que paramos de lutar, ao contrário temos que nos preparar para começar o mês de agosto com uma grande mobilização. Os servidores estão de parabéns pela coragem com que enfrentaram esses dias de greve e temos certeza que continuarão na luta neste segundo semestre", ressalta a diretora do Sintrajud e da Fenajufe, Ana Luiza Figueiredo.

Lula e Peluso desrespeitam a luta dos servidores

Valcir Araújo



Servidores fazem vigília em Brasília

Com o objetivo de congelar o salário do funcionalismo pelos próximos 10 anos, desde o início das mobilizações, o governo Lula procurou desmontar a greve do Judiciário Federal. Utilizou seus "porta-vozes" para dizer que o PL 6613/09 (PCS) não poderia ser aprovado porque não tinha previsão orçamentária. Nesse período diversas matérias foram "plantadas" na imprensa no sentido de colocar a sociedade contra a luta da categoria. Mesmo assim a greve se manteve forte e, após muita pressão dos servidores, Lula aceitou reunir-se com o presidente do STF, ministro Cezar Peluso, para discutir o PCS da categoria. Entretanto, essa reunião não avançou porque o governo se manteve irredutível contra o aumento dos servidores. Mas na mesma semana o Banco Central anunciou o aumento da taxa Selic em 1,5%, o que significa um crescimento de R$ 29,2 bilhões nas despesas da União. Esse valor é mais de nove vezes superior ao custo líquido anual estimado para a revisão do PCS.

"Nós não podemos ser ingênuos de pensar que o governo não aceita nossas reivindicações porque não tem dinheiro. Tem dinheiro sim! O problema é que, assim como está ocorrendo em outros países, Lula quer acabar com o serviço público seja através de congelamento salarial ou precarização dos serviço. Mas nós vamos resistir e lutar até o fim para conquistar o PCS e garantir nossos direitos", ressaltou o diretor do Sintrajud Cleber Aguiar.

STF foi submisso ao governo

Foi lamentável também a postura do STF que apesar de ter elaborado o projeto só buscou o governo para negociar no meio da greve. Além disso, desde que assumiu a presidência do Supremo, em 23 de abril, Peluso não recebeu os servidores, apesar dos inúmeros pedidos de audiência.

Para o diretor de base e ex-diretor do Sintrajud Adilson Rodrigues, o Judiciário está acéfalo: "o ministro Peluso nos deve uma resposta. Não podemos contar com um presidente do STF que não tenha coragem de defender seus projetos diante do governo. Essa submissão diante do governo fere totalmente a autonomia entre os poderes", ressaltou Adilson.

RETALIAÇÕES TENTAM IMPEDIR MOBILIZAÇÃO



Wladimir de Souza

TRE usa PM para intimidar grevistas (dir.)

Depois de deflagrada, a greve pelo PCS e contra o congelamento salarial ganhou mais uma reivindicação: a defesa pelo direito de greve. Mesmo garantido pela Constituição Federal, administrações, governo e o próprio Judiciário tentaram passar por cima desse direito para impedir que os servidores lutassem por suas reivindicações.

No âmbito administrativo, diversos tribunais publicaram portarias determinando o corte de ponto dos servidores. Em São Paulo, a medida foi adotada no TRE e no TRT-2. No Eleitoral, os servidores conseguiram reverter o desconto dos salários dos grevistas. Já no TRT-2, os servidores aguardam reunião com o presidente do tribunal para tratar do assunto.

O STJ concedeu liminares favoráveis a duas ações ajuizadas pela Advocacia Geral da União que pediam a suspensão da greve dos servidores do Judiciário em todo o País. As liminares estabelecem limites para a "legalidade" da greve, chegando ao absurdo de obrigar a permanência no trabalho de 80% dos funcionários, sob pena de multa diária a entidades sindicais (federação e sindicato de Brasília).

Além dessas medidas, os grevistas sofreram as mais diversas repressões, desde a presença da polícia militar até remoção arbitrária, como no caso da Distribuição da JT/Santo André.

Na assembleia que votou a suspensão do movimento ficou definido que nenhum trabalhador deverá repor o serviço parado na greve com o ponto cortado. Foi aprovado também que nenhum servidor aceitará FC retirada de grevista arbitrariamente e serão denunciados os nomes de quem aceitar e as chefias que pressionarem servidores por conta da greve.

Momentos da Greve

Foram 69 dias. A maior greve da história da categoria. Atos, assembleias, caravanas a Brasília, reuniões, arrastões, passeatas, apitaços, vaias, gritos e piquetes ficarão para sempre registrados na memória daqueles que viveram esses dias de esperança e resistência. Lutar não é fácil, nunca foi. Mas é preciso lembrar que todas as conquistas sociais e direitos dos trabalhadores só se tornaram reais por que muitos acreditaram que com união podiam ser ouvidos. Nessa greve, os servidores do Judiciário demonstraram sua força mais uma vez. Desde 1996, quando conquistamos o primeiro PCS, já foram muitas mobilizações, e, apesar de quase duas décadas terem se passado, não há outra alternativa, senão lutar.

Fazer uma greve exige esforços imensuráveis. Engana-se quem acha que o grevista está parado. Foram mais de dois meses de muito trabalho, que é para toda a categoria e, principalmente, para toda a sociedade. Defender melhores salários, melhores condições de trabalho, investimentos no setor público e respeito a direitos, como o de greve, é lutar pela prestação de um serviço público de qualidade para a população. Essa será sempre a nossa luta. Por isso, ela vai continuar: contra o PLP 549/09, que prevê o congelamento dos salários do funcionalismo por dez anos, pelo PCS e pelo direito de greve.















fotos: Wladimir de Souza, Raoni Maddalena, Jesus Carlos, Luis Blanco





















Economista do Sintrajud afirma que subsídio traria prejuízos à categoria

Economista do Sintrajud alerta que servidores perderiam muitos direitos conquistados ao longo dos últimos anos

Jesus Carlos



Servidores em greve pelo PCS

Durante as negociações sobre o PCS com parlamentares, representantes do movimento Subsídio Já! propuseram que em vez do Plano de Cargos e Salários fosse implementado no Judiciário Federal o subsídio. Essa proposta foi "comprada" por dois deputados que apresentaram emendas ao PL6613/09 (PCS), em trâmite na Comissão de Finanças e Tributação, e que caso aprovadas irão transformar toda a remuneração e a carreira dos servidores do Judiciário.

Este debate foi introduzido sem qualquer discussão prévia com o conjunto da categoria e num momento bastante delicado, quando a greve ainda se fortalecia nacionalmente para pressionar o governo Lula pela aprovação do PCS.

Na proposta de subsídios, entretanto, existe uma série de armadilhas, segundo estudo do Coordenador do Departamento Econômico do Sintrajud, Washington Moura Lima, para as quais os servidores devem estar atentos.

De acordo com o estudo, caso a proposta de subsídio fosse aprovada seriam extintas praticamente todas as parcelas da remuneração atual: Vencimento Básico (VB), Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), Gratificação de Atividade Externa (GAE), Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), Adicional de Qualificação (AQ), VPNI (Vantagens Pessoais Nominalmente Incorporadas, quintos, décimos e outras), anuênios ou Adicional/Gratificação por tempo de serviço, adicional noturno, adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas, dentre outras.

É possível perceber que os oficiais de justiça e agentes de segurança seriam muito prejudicados caso a proposta de subsídio fosse aprovada. Além disso, quase toda a categoria sairia perdendo com o fim do AQ, em diversas proporções. Por exemplo, um analista com doutorado receberia, com o PCS, mais R$ 1,090,74. No caso do subsídio, este direito, que foi conquistado pela categoria, estaria perdido.

O subsídio também afetaria os servidores que trabalham em condições insalubres, como os que trabalham em locais onde há produtos químicos inflamáveis, pois, além de estarem correndo sérios riscos, não receberiam o adicional que atualmente lhes é devido.

Washington pontua que o anuênio, um dos direitos retirados por FHC, mas incorporado por vários servidores, também seria extinto com o subsídio. Washington lembra que há um projeto de lei pedindo o retorno dos anuênios na remuneração dos servidores, "o que beneficiaria toda a categoria judiciária". Contudo, com o subsídio, mesmo que esse PL fosse aprovado, os servidores do Judiciário poderiam não ter mais esse direito.

Um dos poucos aspectos positivos do subsídio seria a média salarial da carreira efetiva: R$ 1.852,19 maior do que com o PCS, segundo o economista. Ele alerta, porém, que esta vantagem é ilusória, uma vez que geralmente nas negociações com o governo há uma diminuição do valor original reivindicado: "Mesmo que a categoria aceitasse a proposta de subsídio, certamente haveria no processo de discussão com a cúpula do Judiciário uma redução nos valores atuais, igualando a remuneração na carreira efetiva entre ambas, a única "vantagem" do subsídio em relação ao PCS", diz Washington.

Luta deve ser pelo Plano de Carreira

A revisão geral dos salários está garantida na Constituição. Entretanto, este direito é anualmente desrespeitado pelo Governo Federal, o que representa um ataque a todos os servidores públicos do país. No Judiciário, toda a conquista salarial veio com os PCSs (I, em 1996; II, em 2002 e III, em 2006).

Nestas três ocasiões, houve um enorme empenho por parte dos Sindicatos e da Fenajufe para que se valorizasse o início da carreira no Judiciário. Esta questão também foi estudada pelo economista: "Hoje, um analista em início de carreira recebe R$ 6.551,52. Uma remuneração baixa considerando a complexidade do trabalho e as várias carreiras do Executivo assemelhadas. Porém se não fosse a luta pelos três PCS, feita pelos servidores mais antigos, que priorizaram a valorização dos padrões iniciais da carreira, a remuneração, considerando só as revisões gerais, seria de apenas R$ 872,27.

Já no caso dos técnicos em início de carreira que hoje recebem R$ 3.993,08, sem os PCSs, estariam com remuneração de R$ 539,85, praticamente um salário mínimo", afirma.

Washington argumenta que a única maneira de se fazer um debate sobre o conjunto da remuneração da categoria seria com a criação de um Plano de Carreira, até o momento negado pelas administrações dos tribunais. "Os PCSs foram a forma imediata encontrada pela categoria para melhorar a remuneração e num momento futuro retomar o debate sobre a carreira Judiciária", concluiu.

Debate

Sintrajud prepara palestra e material sobre o subsídio

Valcir Araújo



Ato Nacional pelo PCS em Brasília, dia 22/06

"Atualmente, cerca de 120 mil servidores compõem o quadro do Judiciário. Construir um projeto de reestruturação de carreira envolvendo os mais de 30 sindicatos de todo o País, além da Federação Nacional e suas diversas instâncias é algo que leva tempo, que não pode ser feito no atropelo", argumenta Adilson Rodrigues, diretor de base do Sintrajud e ex-diretor da Fenajufe e do Sindicato.

Ele recorda que a proposta de subsídio foi apresentada em alguns debates da Fenajufe, entretanto, que a categoria rejeitou essa proposta, justamente por perceber que a melhor saída seria debater um Plano de Carreira que resolvesse os problemas que existem dentro do Judiciário, tais como o autoritarismo, o assédio moral, a falta de critério para concessão ou retirada das Funções Comissionadas, por exemplo.

Na afirmação de Laércio Bezerra, advogado do Sindfisco (entidade que representa os fiscais da Receita Federal) de Brasília, os setores do funcionalismo que substituíram uma carreira própria pelo subsídio, só o fizeram depois de muito tempo de negociação, "e de longa discussão, para não deixar nada em aberto".

Entretanto, isso não significa que o subsídio seja mais vantajoso, na opinião do advogado. Ele explica que o subsídio faz com que todos os servidores fiquem com o mesmo salário, limitando o final da carreira. "Portanto, com este tipo de remuneração, há um achatamento da carreira e o fim de sua projeção".

Servidores e serviços públicos são atacados em todo o mundo

No Brasil, governo quer congelar salários por 10 anos, PLP 549/09 segue tramitação

Válcir Araújo



Melqui nas mobilizações em Brasília: é preciso barrar o PLP549

Cortes de salários, de aposentadorias e dos investimentos públicos; redução de gastos em saúde, educação e previdência; flexibilização de direitos trabalhistas, demissões e aumento do ritmo de trabalho. Estas são as notícias que chegam dos países da periferia da Europa: Grécia, Espanha, Portugal, Irlanda. O endividamento causado pela crise econômica - foram mais de 25 trilhões de dólares para o sistema financeiro - tem feito governos cortar gastos e os que primeiro aparecem na alça de mira são os servidores públicos e os serviços prestados pelo Estado.

A descrição das três ondas de ataques contra os trabalhadores, feita pelo professor secundarista grego Sortires Martalis, que esteve no Brasil para o Congresso da Classe Trabalhadora, é reveladora: "Na primeira onda, os salários regulares foram reduzidos em 8%, além de cortes nos 13º e 14º salários, que são benefícios históricos conquistados pelos trabalhadores gregos", explicou. Na segunda onda, houve novo corte nos salários e o congelamento das contratações de servidores em setores de saúde e a educação. Na terceira onda, o objetivo é mudar o cálculo para aquisição da aposentadoria: os atuais 35 anos de trabalho ou 60 de idade para se aposentar passam para 40 e 67 anos, respectivamente. Sem falar na redução: as aposentadorias que hoje equivalem a 70% do salário da ativa, com a reforma caem para 50% desse valor. "Estão fazendo experiências, se aceitamos a medida, logo depois vem outra onda (de medidas)", constatou.

Reunião do G-20

Na última semana de junho deste ano, o G-20, que agrupa as 20 maiores economias do mundo, se reuniu no Canadá e firmou um acordo que prevê a redução dos déficits públicos nos países desenvolvidos pela metade até 2013, visando equilibrar as contas públicas em relação ao PIB até 2016, segundo foi divulgado.

Conforme explicou o sociólogo Gabriel Casoni, os mais 25 trilhões dados pelos governos ao sistema financeiro, para impedir a queda vertiginosa da economia, alimentaram novamente a bolha especulativa e agora cobram seu preço: "O problema de fundo que fez eclodir a pior crise econômica desde 29 foi a queda da taxa média de lucro, que se materializa na forte redução dos investimentos privados na produção em escala global", explica.

A crise no Brasil e o congelamento salarial

O Brasil, embora tenha sido menos afetado pela crise internacional, também tem feito ajustes fiscais, atacando o funcionalismo, os servidores públicos e o conjunto dos trabalhadores. O maior exemplo é o PLP 549/09, que congelará o salário do funcionalismo por 10 anos, mas existem outros, como o aumento da taxa de juros.

Em relação ao PLP, os servidores se mobilizaram e o derrotaram na Ctasp, porém, conforme explica o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquíades, por ser uma matéria tributária, "ela precisa passar na Comissão de Finanças da Câmara e se for aprovada, segue a tramitação; CCJ e plenário". Melqui destaca que o PLP já está aprovado no Senado: "Por isso eu digo que a situação é crítica. Além da mobilização, todo servidor público deve procurar, urgentemente, o deputado do seu estado que faz parte da Comissão de Finanças e pedir que vote contra o PLP 549/09", disse.

Melqui também argumenta que a não aprovação do PCS é uma forma de congelar os salários dos servidores do Judiciário, pois o último reajuste foi concedido em dezembro de 2008.

EM FOCO

%

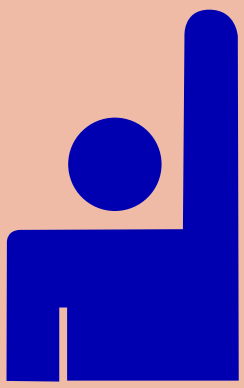
JUROS

Além do aumento da taxa Selic ter um custo de R$14 bi (equivalente a três PCS), o aumento dos juros privilegia os especuladores. O Brasil possui a maior taxa de juros do mundo.



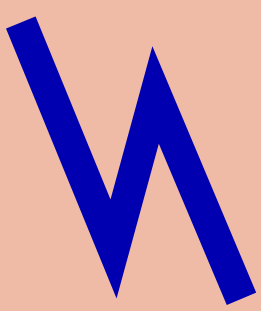
MUNDO

A última reunião do G-20 definiu como meta a redução pela metade dos déficits públicos nos países desenvolvidos até 2013



SERVIDOR

Os servidores públicos foram uma das primeiras categorias a serem atacadas pelos pacotes de ajustes dos governos na Grécia e Espanha, países duramente atingidos pela crise



CRISE

Os US$ 25 trilhões doados pelos governos para o sistema financeiro alimentaram novamente a bolha especulativa

O aumento na taxa de juros e a aprovação do PCS

O Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, tem argumentado que não há recursos suficientes para pagar o PCS, cujo custo líquido será de R$ 3,3 bilhões, considerando o retorno que a União terá com os impostos sobre os vencimentos dos servidores, de acordo com levantamento do Departamento Econômico do Sintrajud.

O Ministro oculta que somente o aumento da taxa básica de juros (Selic) de 0,75%, feito em abril, vai onerar o orçamento da União em mais R$ 14 bilhões, valor suficiente para pagar de dois a três PCSs, também de acordo com estudo feito pelo economista do Sintrajud Washington Moura Lima.

O rombo nas contas públicas decorrente da elevação da taxa básica de juros em 0,75% contrasta com o discurso do Planalto e corrobora com a análise de sindicalistas: a questão não é orçamentária, mas envolve prioridades políticas. "O argumento do governo, de que não há orçamento para conceder reajustes à categoria, é balela", afirma Melqui.

Ao apontar o custo para os cofres públicos da majoração nos juros, o economista afirma que ela é uma opção política do governo, que a justifica com o suposto objetivo de conter a inflação. A lógica oficial é a seguinte: com o aumento da taxa de juros, mais dinheiro sai do setor produtivo e vai para área financeira, isso segura o crescimento econômico e, consequentemente, a inflação. "No fundo, é uma maneira de dar mais dinheiro para os bancos e alimentar a fome dos especuladores. O Brasil possui a taxa de juros mai alta do mundo. É uma opção, não precisava ser assim, ele poderia usar esse dinheiro (R$ 14 bilhões) na produção", diz.

Unidade

Servidores do Judiciário Estadual e Federal unem-se em defesa de salário e direitos

No Estado, os servidores estão em greve desde 28 de abril contra a intransigência do governo Serra

Os partidos são diferentes, mas a política é a mesma. Nesta greve ficou claro que tanto Lula quanto Serra não estão preocupados em atender as reivindicações dos servidores. Na Justiça Estadual, a categoria está em greve desde 28 de abril. Nesse período foram realizados grandes atos públicos, assembleias e até a ocupação do Fórum João Mendes, maior da América Latina. Porém, o governador José Serra mantém a mesma orientação de sucateamento do serviço público, entre eles da Justiça.

Por entender a importância da unidade entre os trabalhadores, o Sintrajud realizou três atos conjuntos com os servidores federais em luta e apoiou de forma irrestrita a greve da Justiça Estadual.

"Sofremos os mesmos problemas: arrocho salarial, repressão, assédio moral e más condições de trabalho", disse o diretor do Sintrajud Eliseu Trindade.

Para do dirigente da Conlutas Paulo Barela, frente à crise econômica a burguesia e seus governos começam a endurecer com os trabalhadores que estão na luta por seus direitos. "É por isso que se tenta desgastar o movimento para não abrir concessões. E o pior, é que em todas as esferas as administrações estão a serviço dos governos Federal e Estadual e buscam derrotar os movimentos grevistas", ressaltou.



Wladimir de Souza

Servidores do Judiciário Estadual estão em greve desde 28 de abril

Mural do Judiciário

Mande seu recado para imprensa@sintrajud.org.br

" Liderança - "líderes", somos todos nós, bem como, todas as pessoas de bons sentimentos. O trabalhador e o arrimo de família também o são, pois, esses impulsionam o mundo econômico e social. O ser humano que participa ativamente dos encargos sociais do mundo é "líder". Todo "líder" tem dentro de si a essência divina. Essa essência que move a humanidade. O "líder" respeita o próximo. Quem está no poder, tem que ser um "líder" por excelência.... e... se não for, com certeza o seu reinado não continuará". Irene Gomes Ferreira Saar, analista Judiciário, JT de Ribeirão Pires.

"Estamos vendo uma discussão aqui na base a respeito da emenda dos Subsídios. Gostaríamos de saber a opinião do maior sindicato (Guerreiro do Brasil) sobre esse tema tão polêmico. Inclusive, se possível, colocar no Boletim do Judiciário alguma nota sobre esse assunto. Até agora não vi nenhum Sindicato opinar sobre isso". Milito Souza, TRE Amapá

"Foi uma semana difícil, cansativa, dura e triste, pelo fato de que depois de algumas vitóras e de tantas lutas, não obtivemos nenhum avanço nas negociações. No entanto, o jogo continua. Não podemos e nem devemos nos desanimar e nem desistir de ganhar. Nós podemos e devemos lutar até o fim. Vem o fim de semana, devemos descansar, renovar energias e voltar com força total! Bons fluidos a todos vocês. Marcos.

"Pior que não poder fazer é poder não querer! Nós servidores grevistas, sindicato e aqueles que diretamente ou indiretamente colaboraram para o fortalecimento do nosso movimento, fizemos. Quem acompanhou de perto sabe o que estou falando! Nós, servidores que sabemos a importância de trabalhar bem, quando no exercício de nossas funções, nos sentimos tranquilos, responsáveis e até no dever de fazer o que for preciso para garantir e não perder nossos direitos quando somos ameaçados! Algumas dificuldades foram vencidas (medo, cansaço, desânimo, frustração, ansiedade, indiferença e alienação de alguns colegas), mas o que fica mesmo é o que aprendemos! Vale a pena refletir onde erramos e procurar serenidade para os próximos passos. Parabéns pela nossa luta até aqui". Laudiceia Moralli, servidora em São Bernardo do Campo